

MICROANÁLISE DE LONGA DURAÇÃO EM DEMOGRAFIA URBANA

Santa Maria de Torres Vedras entre os séculos XVII e XX

Carlos Guardado da Silva¹

Maria Norberta Amorim²

Paula Correia da Silva³

1. Introdução

Com objetivo de pontuar o país, no projeto *Espaços Urbanos. Dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII a XX)*, coordenado por Carlota Santos, partindo-se de uma investigação já em curso sobre cidades do Norte de Portugal e nas Ilhas, optou-se pela incidência sobre uma cidade do Centro, Torres Vedras, e uma cidade do Sul, Évora.

No que respeita a Torres Vedras, gerou-se uma oportunidade de convergência de interesses entre investigadores e autarquia, iniciando-se um ambicioso projeto de reconstituição integrada das atuais 20 freguesias que formam o concelho⁴, projeto que cobre múltiplos objetivos, científicos, culturais e de satisfação comum pelo conhecimento das raízes.

Da antiga vila de Torres Vedras⁵ faziam parte quatro paróquias, Santa Maria do Castelo, freguesia matriz, S. Miguel, S. Pedro e São Tiago, passando em meados do século XIX a duas, com justaposição das designações originais, as atuais *Santa Maria do Castelo São Miguel* e *São Pedro e Santiago*. O trabalho de reconstituição de Santa Maria, alargada posteriormente a São Miguel, está neste momento concluído, prosseguindo-se para as quatro paróquias históricas urbanas. A maior freguesia rural em extensão, A dos Cunhados, já integra neste momento a base de dados.

Estando em perspetiva um estudo global sobre Torres Vedras, os resultados agora apresentados serão apenas exploratórios. Para as duas paróquias já reconstituídas, abordaremos, na muito longa duração, os respetivos comportamentos demográficos, com número reduzido de indicadores.

Começamos pela identificação do espaço e das fontes, com uma particular referência às metodologias utilizadas.

¹ Município de Torres Vedras e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. carlos.guardado@cm-tvedras.pt e carlosguardado@campus.ul.pt.

² Universidade do Minho. mnsbamorim@gmail.com .

³ Município de Torres Vedras.

⁴ No censo de 2011, o município de Torres Vedras contava 79.465 habitantes.

⁵ Torres Vedras foi elevada a cidade em 3 de fevereiro de 1979.

No sentido de ir delineando um panorama sobre o país, dispondo-se para Guimarães, no norte, de uma base de dados integrada, desenvolveremos uma análise comparativa, se considerada pertinente, entre a Matriz de Torres Vedras e a Matriz de Guimarães, a Senhora da Oliveira, e entre A dos Cunhados e as quatro freguesias historicamente rurais da envolvência da cidade nortenha, Mesão Frio, Costa, Urgeses e Fermentões.

2. O espaço

Localizado na Estremadura Central, a cerca de 50 km a norte de Lisboa, Torres Vedras é um concelho litoral que recebeu carta de foral de D. Afonso III, em 15 de Agosto de 1250, apesar de já possuir uma organização municipal desde o reinado de D. Sancho I (1185-1211).

Até ao século XIX, a vila possuía quatro paróquias de fundação medieval: Santa Maria do Castelo (anterior a 1220), São Pedro (anterior a 1225), São Tiago (anterior a 1226) e São Miguel (c. 1226).

A partir de uma carta de D. Afonso III é possível conhecermos a divisão primitiva do território das paróquias torrienses, talvez no primeiro quartel do século XIII, nomeadamente entre as matrizes de São Pedro, São Miguel e São Tiago. A partilha primitiva, entre estas, teria sido anterior a 1225, uma vez que nesse ano Martim *Hoveques* já se referia, ainda que indiretamente, à igreja de São Tiago, da qual seria muito provavelmente freguês.

No século seguinte, resultado de um crescimento demográfico e económico, a população aumentou, surgindo novos conflitos relativos às dízimas, tornando-se necessária uma nova divisão dos limites das paróquias. Esta foi efetuada pelo bispo D. Frei Estêvão, a partir da *Inquirição* de 1309, mandada fazer pelo seu antecessor. Em diplomas datados de 1315 e 1317 Frei Estêvão atribuiu a cada uma das quatro igrejas da vila um território paroquial cujos limites rurais foram perfeitamente definidos, mas de que se silenciou a componente urbana. No caso concreto de Santa Maria do Castelo, a 25 de Julho de 1315, e de São Miguel a 19 de Agosto de 1317. Na sua maioria, o espaço urbano era ocupado maioritariamente por Santa Maria e São Pedro, estendendo-se grande parte do território das quatro paróquias no espaço rural.

O território de Santa Maria manter-se-ia sensivelmente o mesmo até à agregação das paróquias urbanas pelo decreto patriarcal de 4 de Novembro de 1859, do cardeal patriarca D. Manuel Bento Rodrigues (Vieira, 2011:153), anexando-se as paróquias de

Santa Maria e São Miguel e de São Pedro e Santiago. A igreja de São Miguel, reedificada pela última vez na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755, já não existe, tendo sido demolida ainda em finais do século XIX, encontrando-se o templo em ruínas, devido às constantes cheias do Sizandro, dada a sua localização na margem esquerda do rio, próximo do morro do castelo⁶.

O espaço encontrava-se organizado a partir do centro, a igreja paroquial de Santa Maria, sita no exterior da alcáçova, em torno do qual existiria um pequeno bairro, desde pelo menos finais do século XIV, como parece atestar o cronista Fernão Lopes:

«Este lugar de Torres Vedras he dhũa fremosa mota, a quall natureza criou em tam ordenada igualldade, como se a mão fosse feita arteficialmente; teem boom e gracioso termo junto comssigo e arredor, de paães e vinhas e outros mantiimentos, que naquell tempo per aazo da guerra de todo pomto eram gastados. A villa tem sua cerca arredor do monte, e na mayor alteza delle esta o castello; e amtre a villa e o castello moravom tam poucos, de que nom he fazer comta; e toda sua poboraçom era em hũu grande arravalde de muitas e boas casas, em bem hordenadas ruas ao pee do monte»

É neste pequeno bairro, em torno da igreja de Santa Maria, que se encontrariam as casas da colegiada de Santa Maria do Castelo, com 12 residentes em 1783⁷.

Localização das igrejas paroquiais de Santa Maria e São Miguel

Figura I



⁶ IDEM – *Ibidem*. p. 153.

⁷ AMTV - Paróquia de Santa Maria: *Róis de Confessados*. Rol de Confessados de 1783.

Apesar do decreto patriarcal que anexava a paróquia de São Miguel à de Santa Maria, os registos paroquiais, de batismo, casamento e óbito, mantêm-se individualizados até ao ano de 1863.

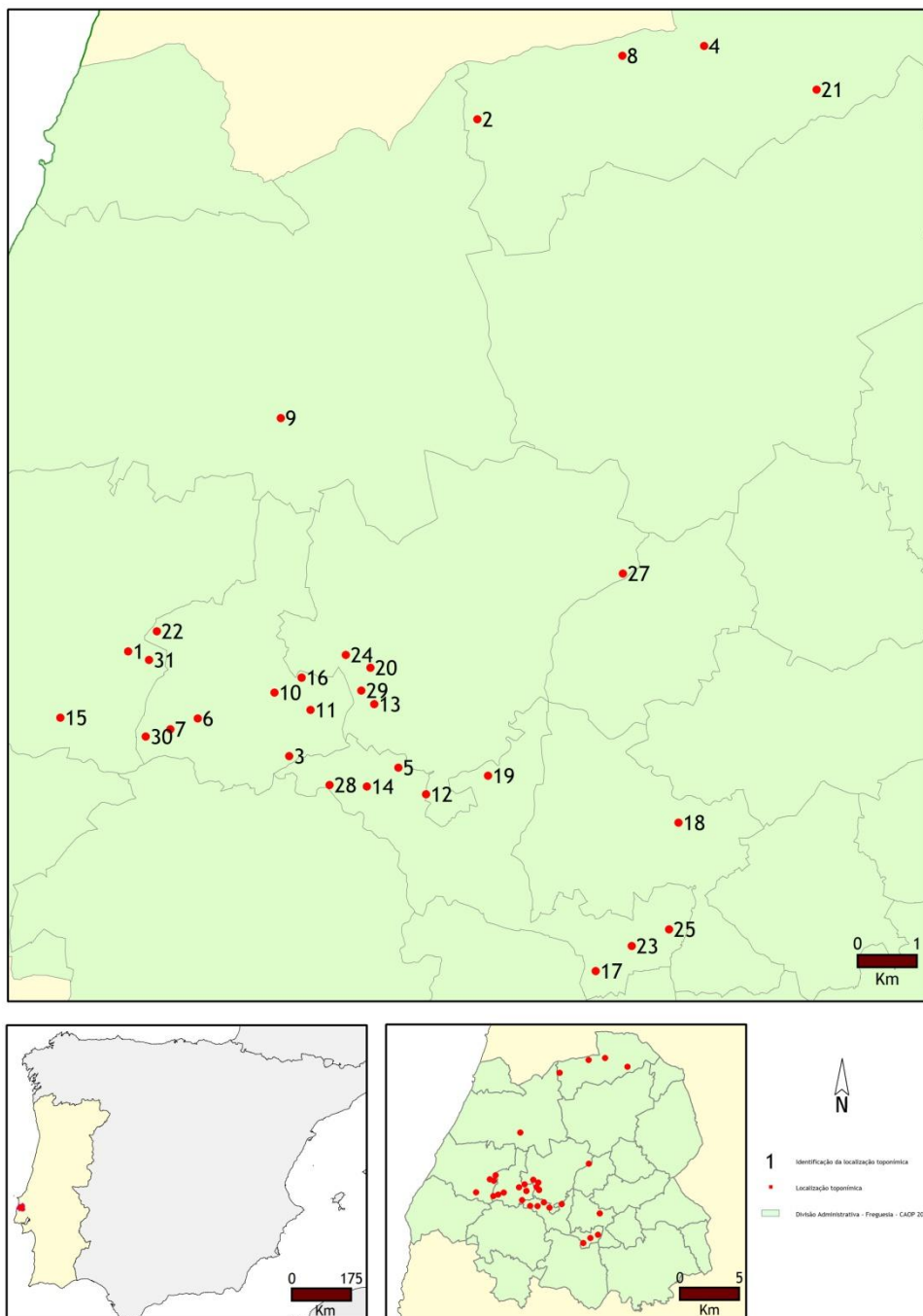
No Rol de Confessados de Santa Maria Torres Vedras, datado de 8 Junho 1783, o Padre Manuel de Araújo Monteiro inscrevia os seguintes lugares, para além da vila: casal do Outeiro, quinta de São Gião, Fonte Grada, Casal da Serra, casal da Golegueira, Casalinhos, vale de Rodrigo, Alfaiata, quinta de Alfaiata, Valverde, Soutos, Benfica, Casal da Estrada, quinta do Calvel, casal do Arieiro, Urgeirica, casal da Torre, Pedrulhos, Adegas do Lagar, Carrascal, casal dos Rigueiros, Matoutinho, *Xarrino* (casal Charrinho), casal de São Gião, Amieira de João Lopes, casais [de João] dos Ryos (casais do Rijo), Amieira do Caldeira, Amieira Pequena, casal do Rocio e quinta da Gaga.

No período em estudo, a paróquia tinha uma área superior a 41 km², incluindo então o território da atual freguesia de Campelos, a noroeste do concelho de Torres Vedras, instituída em 24 de Novembro de 1945, pelo decreto-lei 35.183, do *Diário do Governo* (Tavares, 2012:107). O seu território apresenta(va) diferentes morfologias que, naturalmente, ofereceriam distintas potencialidades de exploração dos solos que os homens explorariam ao longo dos tempos. O vale do Sizandro, com solos húmidos e férteis favoráveis ao cultivo de cereais, seria desde cedo povoado, a que não é alheia a proximidade dos recursos aquíferos, mas também a via de comunicação que o ladeava pela margem direita, nomeadamente a estrada em direção a Mafra pelo litoral.

O espaço a norte, de solos mais pobres e consequentemente menos aptos para a prática da agricultura, tinha uma extensa área florestal e de charneca, sendo deste modo menos povoado. Face às condições naturais que esta área da freguesia oferecia, revelar-se-ia menos atrativa do ponto de vista económico, explicando também a fixação tardia das populações, como aconteceu em grande parte do litoral do concelho, cujo povoamento ocorreria sobretudo a partir do século XVI. Assim se entende a inexistência de qualquer referência no *Numeramento de 1527* aos lugares de Casal do Outeiro, quinta de São Gião, Casalinhos, vale de Rodrigo, Valverde, Soutos, casal da Estrada, quinta do Calvel, casal do Arieiro, casal da Torre, Adegas do Lagar, Carrascal, casal dos Rigueiros, Matoutinho, *Xarrino*, casal de São Gião, Amieira de João Lopes, casais [de João] dos Ryos (casais do Rijo), Amieira do Caldeira, Amieira Pequena, casal do Rocio e quinta da Gaga, ausência que explica igualmente o espaço vazio entre o território da

freguesia próximo da vila de Torres Vedras e os lugares de casais dos Rijos, casal do Rocio, Amieira Pequena e Campelos⁸. O povoamento encontrar-se-ia concentrado em cerca de um terço dos lugares, referenciados no *Rol de Confessados* de 1848.

Mapa I
Lugares da Freguesia de Santa Maria do Castelo em 1848



⁸ A sua fundação deve-se a Gaspar Campello, juiz de fora da vila de Torres Vedras em 1573 e juiz do crime em Lisboa, em 1585, que possuía uma quinta no sítio chamado de vale de Sacarias desde pelo menos 1587. A quinta passaria a designar-se de Campello, denominação que nos aparece pela primeira vez em um registo de batismo de 1641.

Identificação da localização toponímica

Nome do Lugar	Primeira Referência cronológica	Identificação da localização
Alfaiata	21-07-1605	1
Amieira Pequena	21-10-1784	2
Benfica	17-02-1806	3
Campelos	04-05-1794	4
Casais da Cruz	29-03-1607	5
Casais do Soito		6
Casais do Soito		7
Casais dos Rijos	09-05-1621	8
Casal da Estrada	05-05-1743	9
Casal da Galegueira	25-07-1605	10
Casal da Serra	02-03-1603	11
Casal da Torre	13-10-1875	12
Quinta de São Gião		13
Casal de São Gião		14
Casal de Valverde	01-09-1890	15
Casal do Arieiro	17-04-1662	16
Casal do Calvel / Quinta do Calvel	24-11-1631	17
Casal do Carrascal	01-04-1629	18
Casal do Charrinho	24-08-1727	19
Casal do Outeiro	22-05-1605	20
Casal do Rocio	14-02-1820	21
Casas Novas	02-01-1667	22
Catefica	02-02-1772	23
Fonte Grada	08-02-1603	24
Orjariça	02-09-1601	25
Pedrulhos	01-02-1604	26
Quinta da Gaga	10-10-1604	27
Ribeira de Pedrulhos	21-11-1638	28
São Gião	16-01-1603	29
Soito	02-03-1607	30
Vale de Rodrigo	29-06-1608	31

3. Fontes e Metodologia

As fontes básicas utilizadas foram os registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos sobre os quais foi aplicada a metodologia de reconstituição de paróquias (Amorim, 1991).

Em Santa Maria do Castelo, as séries de batismos, casamentos e óbitos, caídos em domínio público, iniciam-se em 1601, prologando-se, no que respeita aos batismos,

até 1900, e no que respeita aos casamentos e óbitos, até 1911⁹. São séries contínuas, que, globalmente, podemos considerar de boa qualidade, embora, até à penúltima década do século XVII, seja evidente o sub-registo das crianças falecidas com menos de sete anos, continuando o registo sob suspeita, para os menores de um ano, até ao terceiro quartel do século XVIII. Os registos dos batismos de 1809 foram incluídos apenas a partir de 19 de Abril de 1827 e assinados pelo Inspetor das Igrejas Invasas do Patriarcado, Manuel Agostinho Madeira Torres, também o pároco de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, e os de 1810 foram “assentos reformados pela mutilação deste livro” (*Livro de Baptismos* n.º 14, fls. 168-172), tendo sido registados *a posteriori*. Apesar do decreto de anexação das freguesias de Santa Maria do Castelo e de São Miguel datar de 4 de Novembro de 1859, os batismos, casamentos e óbitos de São Miguel foram registados nos livros da freguesia de Santa Maria do Castelo apenas a partir de 1864, data em que “aqui começam a ser lançados n’um só livro os batismos das duas freguesias” (*Livro de Baptismos* n.º 8, fl. 43).

A partir do *Livro de Baptismos* n.º 3 (1748-1783), do *Livro de Casamentos* n.º 2 (1768-1816) e do *Livro de Óbitos* n.º 3 (1784-1859) foram elaborados índices alfabéticos, com indicação dos nomes, residências e da sua localização no fólio onde se inicia o respetivo registo, o que permite uma pesquisa mais rápida e eficaz.

A estes registos tivemos de adicionar os dados recolhidos nos 4 livros de registo de óbitos do hospital de Torres Vedras, com informação relativa aos indivíduos que aí faleceram, entre 1856 e 1890. No que respeita a A dos Cunhados, só temos registos de batizados e casamentos depois de 1655 e de óbitos posteriormente a 1715, mantendo-se as dúvidas sobre o registo sistemático de mortalidade de menores até ao segundo quartel do século XIX.

Dispomos também, para Santa Maria do Castelo, de uma longa série de róis de confessados, desde 1783 até 1915, com um hiato alargado entre 1816 e 1848¹⁰, mas que não inclui os menores de sete anos, não obrigados a preceitos quaresmais, nem inclui a idade dos residentes.

Usando a aplicação informática desenvolvida por Fernanda Faria (2004) com as atualizações de Carlos Martins (2012 e 2013), foi recolhida, de forma sistemática,

⁹ Os registos paroquiais da freguesia de Santa Maria do Castelo (PTVD 13) contêm um livro de mistos, com os registos de batismos, casamentos e óbitos, com as datas extremas entre 1601 e 1642; vinte e seis livros de registos de batismos entre 1642 e 1900; vinte e oito livros com os registos dos casamentos celebrados entre 1642 e 1911; e vinte e nove livros de óbitos entre 1642 e 1911.

¹⁰ Não dispomos de informação relativa aos róis de confessados também para os anos de 1849 e 1850, 1852 e 1859-1860.

segundo estratos cronológicos, toda a informação pertinente de cada ato registado. Começando pelo primeiro livro de batismos, passou-se depois ao cruzamento e extensão da informação explorando o primeiro livro de casamentos e depois o primeiro livro de óbitos, a beneficiar da sensibilidade adquirida na identificação de indivíduos em percurso de vida. O processo desenvolveu-se nos mesmos moldes para os livros seguintes de cada série, até final. Além da filiação e dados vitais, foram recolhidos os dados referentes a paróquias de origem de cada indivíduo, profissões, estatutos, ou elos familiares secundários, além de outras informações que se consideraram pertinentes, nomeadamente sobre epidemias, catástrofes naturais ou guerras. Em relação aos apadrinhamentos só foi recolhida a informação quando os padrinhos de batismo ou testemunhas de atos foram identificados como familiares dos protagonistas dos mesmos.

No que respeita a Santa Maria do Castelo, uma vez terminada essa etapa, em que se dispunha de toda a informação demográfica pertinente, organizada em cerca de 5.000 fichas de família e 18.000 fichas individuais, desenvolvemos um processo de revisão sistemática, família a família e indivíduo a indivíduo, a fim de se proceder a um apuramento da identificação, eliminado tanto quanto possível duplicações de famílias e indivíduos, eventualmente decorrentes das alterações nos apelidos de ato para ato, ao mesmo tempo que se classificavam as famílias para efeito de estudos de fecundidade.

Ao fim do processo, obtivemos 4795 famílias e 17466 indivíduos referentes a Santa Maria do Castelo, contando com a anexação de S. Miguel. Em A dos Cunhados, trabalhamos 2934 famílias e 11434 indivíduos.

Embora se tenha de considerar as franjas iniciais, com famílias que iniciaram o seu percurso antes da observação e as franjas finais, com famílias que só terminam o seu percurso depois de 1910, na paróquia urbana, de Tipo 1, famílias para as quais se conhece toda a informação sobre o casal, data de casamento, data de nascimento da mulher, nascimento dos filhos e data de óbito do primeiro cônjuge falecido, foram encontradas apenas 245 famílias. De Tipo 2, aquelas para as quais se acompanha todo o percurso de vida do casal, mas para as quais se desconhece a data de nascimento da mulher, foram encontradas 226 famílias, num total de 471 famílias com história reprodutiva totalmente acompanhada. Paralelamente, em A dos Cunhados, encontramos 606 famílias do Tipo 1 e 163 do Tipo 2, um total de 769 em 2934, o que corresponde a uma percentagem de 10% na paróquia urbana e 21% na rural.

Aprofundando depois, para Santa Maria do Castelo, a posição das restantes famílias, encontramos no Tipo 3, famílias das quais se identificam os pais, se dispõe de

data de casamento, mas se desconhece a data da rutura conjugal, 141 famílias. Do Tipo 4, equivalente ao Tipo 3, mas sem conhecimento da data de nascimento da mulher, foram 180 famílias. Do TIPO 5, família com cônjuges identificados e fim de união conhecido, mas sem conhecimento da data de casamento, foram 36 famílias identificadas. Do TIPO 6, equivalentes ao TIPO 5, mas sem conhecimento da data de nascimento da mulher foram 369 famílias. Finalmente as famílias de TIPO 7, as de observação mais incompleta, que não se enquadram nas classificações anteriores, foram em número de 3598.

Assim, 75% das famílias observadas em Santa Maria do Castelo são famílias que aí não iniciaram e/ou não concluíram o seu ciclo, uma percentagem muito elevada que aponta para uma intensa mobilidade, interurbana ou rural-urbana, com abertura a espaços mais alargados.

A tendência para reduzir o número de famílias de observação incompleta prosseguirá, naturalmente, com a integração sucessiva na base de dados das outras freguesias urbanas e do mundo rural enquadrante.

Dispomos para Santa Maria do Castelo de uma longa série de róis de confessados, desde 1783 até final do período em análise, com um hiato alargado entre 1811 e 1848, mas que não inclui os menores de sete anos, não obrigados a preceitos quaresmais, nem inclui a idade dos residentes.

Em processo paralelo ao tratamento dos registos paroquiais, foi levantada a informação referente aos róis de confessados cujo ano termina em 1, trabalhando-se mais dois outros anos, o ano inicial de 1783 e o ano de 1810, que contrastava com o de 1811, evidenciando as perturbações da Guerra Peninsular. Assim, por cruzamento entre a base de dados e os róis e dada a lacuna na série nas décadas seguintes, foram identificados os residentes na paróquia em 1783, 1791, 1801, 1810, 1811, 1851 e 1861. A partir de 1864, passando-se a dispor de modernos recenseamentos da população portuguesa, apenas utilizámos os róis de 1871, 1881, 1891 para acompanhamento de percursos de vida.

No moroso processo de identificação dos residentes nos anos em causa foi utilizada uma folha de cálculo, na qual inscrevemos, em primeiro lugar, os dados originais do rol: os nomes dos indivíduos, integrados nos agregados familiares, referidos estes à residência e número do fogo e com a relação familiar expressa, caso a caso, em relação ao *cabeça de casal*, cujo estado civil foi quase sempre referido. Nos casos pertinentes, encontraram-se referências às mulheres, filhos, enteados, ascendentes,

colaterais, enjeitados, criados e *assistentes*, estes últimos sem relação de parentesco referida. Abrimos depois, na folha de cálculo, espaço para integrar os códigos de Família da base de dados demográfico-genealógica, o estado civil de cada membro do agregado, a respetiva naturalidade, profissão, datas de nascimento, casamento ou óbito. No caso dos dependentes não familiares, como os criados ou assistentes, e, naturalmente, os enjeitados, quase sempre apenas com nomes próprios, a identificação não foi tentada. Outros espaços foram abertos na folha de cálculo para integrar em cada família as crianças sobreviventes no dia 1 de Março de cada um desses anos, ainda não obrigadas a preceitos quaresmais e, por isso, não referidas no rol. Convencionámos esse dia 1 de Março como sendo o dia de elaboração do rol, a anteceder a Páscoa, referindo a esse dia a idade dos residentes.

Além do interesse futuro em termos de História da Família ou História Social, este trabalho de identificar os arrolados teve um primeiro objetivo demográfico de, ao incluir em cada família os menores sobreviventes, avaliar dos quantitativos populacionais para anos anteriores aos recenseamentos modernos. O cálculo da percentagem de menores de sete anos em relação à população, para esses períodos, no caso português, reveste-se de particular importância, dada a frequência com que os mesmos não são contabilizados nas fontes coevas. Um outro objetivo no campo demográfico foi o acompanhamento de percursos de vida para além do permitido pela base de dados. É o caso de famílias móveis, mas também de filhos de famílias estáveis, dos quais apenas conhecemos, pela base de dados, o registo de nascimento.

A etapa final do processo de preparação da base de dados para análise dos diversos comportamentos demográficos consistiu em marcar um fim de observação convencional para todos os nascidos na freguesia e não falecidos na mesma. Como se depreende, esse trabalho só adquire significado quando dispomos de registo sistemático de mortalidade infantil, o que, no caso de Santa Maria do Castelo, usando a série dos óbitos dos menores de sete anos, se nos afigurava cobrir as gerações nascidas após 1690 e, no que se refere a A dos Cunhados, só no início do século XIX. Assim, foi procurada, no contexto familiar, a última data de residência individual comprovada e a mesma foi colocada como fim de observação. Trata-se, naturalmente, de uma data por defeito, a permitir resultados aproximativos. Assim, para o caso de família móveis, a data de fim de observação, extensiva a todos os membros do agregado, foi feita coincidir com a data a partir da qual nenhum outro ato familiar foi registado, seja o nascimento do último filho, o óbito de um filho menor posterior ao último nascimento, ou a data de óbito de

um progenitor. Quando se tratou de famílias em que ambos os cônjuges faleceram na paróquia, a marcação de fim de observação dos filhos de destino desconhecido, para períodos não cobertos pelos róis de confessados, foi feita coincidir com o 20º aniversário desse filho, em procedimento comum desde a primeira aplicação da metodologia (Amorim, 1992: 189).

Dos 6629 indivíduos nascidos em Santa Maria do Castelo entre 1690 e 1900, foram identificados 2232 (34%) que faleceram na comunidade dentro da observação (considere-se que o registo dos óbitos cessa em 1911). A 971 indivíduos (15%) foi marcada o fim de observação aos 20 anos. Os restantes 3426 casos correspondem a mobilidade familiar, a marcação de fim de observação mais aproximada pelo cruzamento com os róis de confessados ou correspondem às últimas gerações observadas com um curto acompanhamento do percurso de vida.

Neste trabalho só parcialmente aproveitaremos do esforço desenvolvido. Só o alargamento sucessivo da base de dados permitirá análises mais conseguidas.

4. Dados sobre a Nupcialidade

Debruçamo-nos, por sexos, sobre dois indicadores de Nupcialidade: a idade média ao primeiro casamento e o celibato definitivo.

Usando a nossa metodologia, após a formação de uma base de dados demográfico-genealógica, os resultados mais imediatos e menos problemáticos em termos de investigação são os que se prendem com a idade ao casar. Mesmo considerando que a idade ao casamento só é analisada para os indivíduos que nasceram e realizaram o seu primeiro casamento na área de observação, todos os filhos das famílias classificadas de 1 a 7 podem ser considerados, desde que cumpram essas condições e entrem aleatoriamente na focagem utilizada. Isso significa que, sendo considerados os 50 anos como entrada no celibato definitivo, podemos calcular a idade média ao primeiro casamento, em observação longitudinal, para todas as gerações nascidas na comunidade em estudo desde o início da observação até 50 anos antes dos últimos registos de casamento ou então, em observação transversal, deixar passar 50 anos sobre os primeiros registos de batizados. No caso vertente, optámos pela observação transversal.

Por seu lado, os cálculos sobre o celibato definitivo em observação longitudinal implicam o acompanhamento dos percursos de vida durante 50 anos. A incidência da mobilidade em Santa Maria do Castelo levou-nos a optar, também neste caso, por uma

observação transversal, calculando, dos indivíduos com data de nascimento conhecida, quantos faleceram na comunidade com 50 ou mais anos e desses quantos eram celibatários.

4.1. Idade média ao primeiro casamento em observação transversal

Dispondo de uma confortável base de análise, os resultados apontam, no caso de Santa Maria do Castelo, para um padrão de comportamento pouco alterado no período plurissecular. Ao longo dos cento e cinquenta anos, que decorrem entre 1700 e 1849, a idade média ao primeiro casamento masculino oscilou muito pouco, entre 28,1 e 28,4 anos. Paralelamente, no caso do sexo feminino, a oscilação foi entre 25,4 e 25,7, distanciando-se os dois sexos perto de três anos. Na segunda metade do século XVII, os homens haviam casado mais cedo, com um comportamento mais próximo do das mulheres, respetivamente, 25,7 e 25,1 anos. É para final da observação que os comportamentos mais se alteram, com elevação da idade média ao primeiro casamento masculino a subir para 29,9 anos, na segunda metade do século XIX, descendo depois para 27,4, para os que casaram na primeira década do século XX. O decréscimo da idade média ao primeiro casamento feminino inicia-se já entre 1850 e 1899, atingindo, na primeira década do XX, os 23,6 anos, dois anos menos do que acontecera entre o início do século XVIII e meados do seguinte.

Quadro I
Idade média ao 1º casamento
Comparação entre freguesias urbanas
(Norte e Centro de Portugal)

	Homens				Mulheres			
	Santa Maria		Oliveira		Santa Maria		Oliveira	
	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média
1650-1699	66	25,7	86	24,2	153	25,1	121	24,8
1700-1749	202	28,1	117	28,0	396	25,6	169	26,9
1750-1799	214	28,4	162	25,8	340	25,7	221	23,7
1800-1849	223	28,3	228	26,0	396	25,4	312	24,3
1850-1899	493	29,9	245	26,3	652	24,7	329	24,1
1900-1910	239	27,4	30	24,5	317	23,6	14	25,3

No caso da Senhora da Oliveira, embora os resultados possam ser algo afetados pela lacuna de registo de casamentos que se estende de 1729 a 1766, parece claro que, desde meados do século XVIII a 1910, os homens casavam marcadamente mais cedo do

que em Santa Maria do Castelo, à volta dos 26 anos, baixando para menos de 25 na primeira década do século XX. No que respeita às mulheres, nos mesmos 150 anos, a idade média ao primeiro casamento colocou-se à volta dos 24 anos, um ano e meio menos do que em Santa Maria do Castelo, distanciando-se os dois sexos cerca de dois anos. A escassez de observações na primeira década do século XX para a Oliveira não nos dá segurança nas conclusões.

Quadro II
Idade média ao 1º casamento
Comparação entre freguesias rurais
(Norte e Centro de Portugal)

	Homens				Mulheres			
	A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães		A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães	
	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.	Idade média
1650-1699			44	27,2			78	26
1700-1749	102	27,9	132	28,4	157	25,9	219	27,6
1750-1799	137	28,8	174	26,3	185	25,7	320	25,6
1800-1849	175	28,2	202	26,6	268	25,9	313	24,3
1850-1899	343	30,3	359	26,7	406	24,8	450	24,8
1900-1910	128	27,3	155	25,6	164	23,9	197	24,4

Na paróquia rural de Torres Vedras, ao longo de dois séculos, a idade média dos homens oscilou entre os 28 e os 30 anos, só baixando para os 27 anos na primeira década do século XX. Nas quatro paróquias de Guimarães, partindo-se de níveis mais altos, desde a segunda metade do século XVIII que a idade média dos homens não atinge os 27 anos, baixando para menos de 26 na última década observada. No caso das mulheres, os resultados para as paróquias do Norte e a do Centro são mais aproximados, mas com menos oscilações em A dos Cunhados, o que poderá ter a ver com alterações mais marcadas no tecido social nas paróquias vimaranenses mais cedo sujeitas a processos de proto-industrialização (Amorim, 1987:112). Reparemos que, em A dos Cunhados, em século e meio, entre 1700 e 1850, a idade média ao primeiro casamento feminino oscilou apenas entre 25,7 e 25,9 anos, decrescendo só na segunda metade do século XIX, já com valores abaixo dos 25 anos, e não atingindo os 24 anos na primeira década do século XX. Nas quatro paróquias vimaranenses, a idade média ao primeiro casamento feminino apresentava-se com valores superiores aos 27 anos na primeira metade do século XVIII, baixando para menos de 26 anos na segunda metade desse século e não atingindo os 25 anos em todo o século XIX.

Ao comparar o comportamento das zonas urbanas com as paróquias rurais da área respetiva, verificamos que, no caso de Torres Vedras, os comportamentos são muito próximos num e noutro sexo. Repare-se que, para o sexo masculino, encontramos a mesma oscilação à volta dos 28 anos entre 1700 e 1850, elevando-se a idade para perto de 30 anos na segunda metade do século XIX e baixando para pouco mais de 27 na primeira década do século XX. Para o sexo feminino, recordemos que, numa e noutra paróquia, de valores próximos dos 26 anos entre 1700 e 1850, se passa para menos de 25 no meio século seguinte e para menos de 24 na primeira década do XX.

Em Guimarães, se os resultados para o século XVII se apresentam dissemelhantes, com valores bem mais elevados na zona rural, dá-se uma clara aproximação de comportamentos nos períodos seguintes, com um mesmo ritmo de mudança, embora a anterioridade do casamento na cidade, num e noutro sexo, até ao século XX, seja uma constante

Damos especial relevo a esse paralelismo de ritmos de mudança, na longa duração, entre zonas urbanas e zonas rurais próximas.

4.2. Celibato definitivo

Em qualquer das paróquias estudadas, só em épocas tardias encontramos referida nos registos de óbito a idade dos defuntos. Ao incidir a observação somente sobre os indivíduos nascidos nas áreas em estudo, o cálculo da percentagem dos que faleceram celibatários com mais de 50 anos, sem considerar a população migrante, reduz muito o universo de análise e poderá trazer enviesamento.

Quadro III
Celibato Definito
Comparação entre freguesias urbanas
(Norte e Centro de Portugal)

	Homens				Mulheres			
	Santa Maria		Oliveira		Santa Maria		Oliveira	
	Obs.	% celibatários	Obs.	% celibatários	Obs.	% celibatários	Obs.	% celibatários
1650-1799	44	20,5	263	18,3	60	21,7	331	26,6
1800-1910	93	7,5	259	12,0	104	10,6	349	20,6

Embora com a prevenção aconselhável, ao comparar os resultados para Santa Maria do Castelo de Torres Vedras e a Senhora da Oliveira de Guimarães, deparamos,

nas duas paróquias, com uma percentagem de definitivamente celibatários, num e noutro sexo, em período anterior ao século XIX, próxima ou superior a 20%, embora a decrescer posteriormente. Numa ou noutra zona, são as mulheres as mais penalizadas pelo celibato definitivo, com diferenças mais acentuadas em Guimarães. De facto, na Senhora da Oliveira, o peso das mulheres que não chagaram a casar é de 26,6% antes de 1800, baixando para 20,6% no período seguinte, enquanto em Santa Maria do Castelo, as percentagem se colocam em 18,3% e 12,0%, respetivamente. No caso dos homens definitivamente celibatários, para o século XIX, altura em que dispomos de um maior número de observações, as diferenças são menos vincadas, com 10,6% na Oliveira e 7,5% em Santa Maria do Castelo.

Quadro IV
Celibato Definitivo
Comparação entre freguesias rurais
(Norte e Centro de Portugal)

	Homens				Mulheres			
	A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães		A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães	
	Obs.	% celibatários	Obs.	% celibatários	Obs.	% celibatários	Obs.	% celibatários
1650-1799	83	9,6	305	2,3	95	7,4	371	8,1
1800-1910	301	7,3	381	5,8	282	5,7	361	11,1

Considerando o caso do A dos Cunhados e das quatro paróquias de Guimarães notamos comportamentos mais diferenciados. Na paróquia rural de Torres Vedras o celibato definitivo foi mais penalizador no século XVIII do que no seguinte, sendo os homens mais afetados do que as mulheres, num e noutro período. No caso das 4 paróquias rurais de Guimarães, ao invés, o celibato agrava-se do primeiro para o segundo período e são as mulheres as mais penalizadas, ultrapassando-se a percentagem de 11% para as definitivamente celibatárias. Entendemos que padrões diferenciados de mobilidade de longa distância, mais gravosa nas paróquias minhotas, poderá ter afetado o comportamento.

Comparando depois o mundo urbano e o mundo rural, as diferenças são expressivas. Quer se trate de Santa Maria do Castelo, em Torres Vedras, ou da Senhora da Oliveira, em Guimarães, o acesso ao casamento era bem mais restringido do que nas paróquias rurais estudadas das respetivas áreas, embora estejamos a considerar apenas os indivíduos de data de nascimento conhecida. Com a inclusão dos migrantes, particularmente no caso das mulheres atraídas para o serviço doméstico urbano, os

valores das definitivamente celibatárias apresentar-se-iam certamente bem mais gravosos.

5. Dados sobre a Fecundidade

Os indicadores que privilegiámos para o estudo comparativo da Fecundidade foram as Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher, o número de filhos por família, a idade da mãe ao nascimento do último filho em famílias *completas*, e a média de anos de convivência conjugal.

5.1. Taxas de Fecundidade Legítima

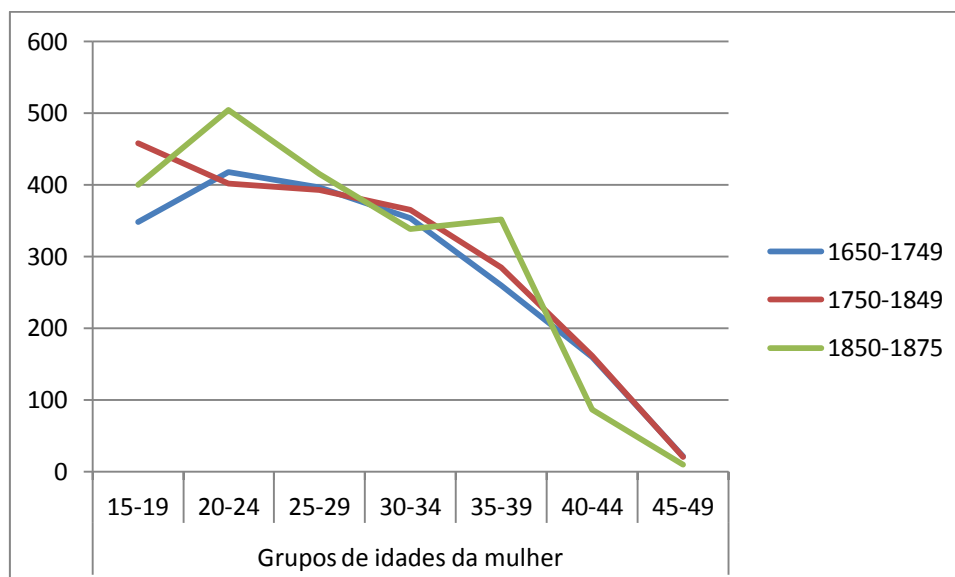
No que respeita às Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher, começamos por analisar, para Santa Maria do Castelo, a evolução do comportamento nos dois períodos seculares (1650-1749 e 1750-1849). Verificamos pelo quadro e gráfico respetivo, a prática coincidência das curvas para as idades da mulher superiores a 20 anos. A dissemelhança acontece apenas para as mulheres com idade inferior, como se acontecesse uma antecipação da menarca no segundo período. O último período analisado, de apenas 26 anos, embora não dê grande segurança aos resultados, dada a escassez de observações, parece apontar para um aumento da capacidade procriativa antes dos 30 anos e uma redução depois dos 40 anos, numa tendência de modernidade.

O indicador sintético, a descendência teórica, o número de filhos que os casais teriam se a sua convivência conjugal se desenvolvesse dos 15 aos 49 anos, reflete a divergência de comportamento antes dos 15 anos do primeiro para os períodos seguintes. Se considerássemos apenas a descendência teórica entre os 20 e os 44 anos, os resultados para o primeiro e o segundo períodos seriam de 7,9 e 8,0 filhos, respetivamente, enquanto no último período encontraríamos 8,5 filhos. Embora não se possa descartar a eventual influência de uma mortalidade infantil mais gravosa na redução dos intervalos intergenésicos, poderemos colocar a hipótese de melhorias de condições de vida no terceiro quartel do século XIX, a condicionar favoravelmente a natalidade.

Quadro V
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Santa Maria do Castelo (Torres Vedras)

	Obs.	Grupos de idades da mulher							D.T.
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1650-1749	56	348	418	396	353	260	160	21	9,8
1750-1849	105	458	402	393	365	285	161	20	10,4
1850-1875	49	400	504	415	338	352	86	10	10,5

Gráfico I
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Santa Maria do Castelo (Torres Vedras)



Se considerarmos os comportamentos da paróquia urbana de Guimarães, verificamos que o século que medeia entre 1750 e 1849 corresponde aos níveis mais baixos de fecundidade dos três períodos. Curiosamente, no último período, as mulheres depois dos 40 anos apresentam níveis de fecundidade mais elevada do que no período anterior. A descendência teórica que se apresentava mais favorável na paróquia vimaranense antes de meados do século XVIII, relativamente a Santa Maria do Castelo, nos períodos seguintes coloca-se claramente em posição inferior.

Quadro VI
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Oliveira (Guimarães)

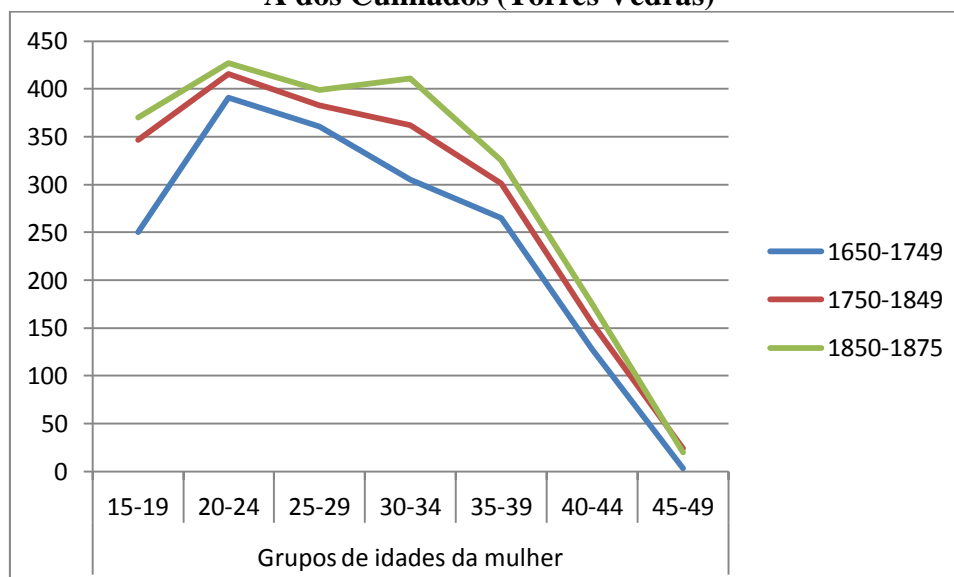
	Obs.	Grupos de idades da mulher							D.T.
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1650-1749	237	395	433	383	366	307	161	29	10,4
1750-1849	351	337	371	339	337	250	142	19	9,0
1850-1875	92	304	457	372	306	238	194	28	9,5

Observando a seguir a situação em A dos Cunhados, nota-se um sucessivo aumento da capacidade de procriar ao longo da observação, tanto pelo indicador sintético como pela expressividade das curvas de fecundidade legítima em todas as idades da mulher.

Quadro VII
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
A dos Cunhados (Torres Vedras)

	Obs.	Grupos de idades da mulher							D.T.
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1650-1749	109	250	391	361	305	265	128	3	8,5
1750-1849	337	347	416	383	362	301	155	24	9,9
1850-1875	118	370	427	399	411	325	175	20	10,6

Gráfico II
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
A dos Cunhados (Torres Vedras)

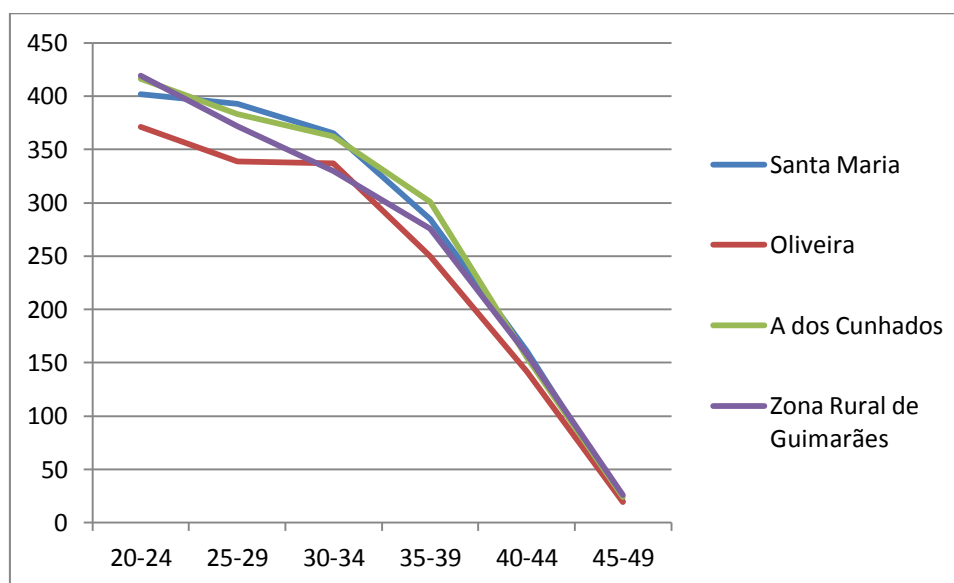


Na Zona Rural de Guimarães não notamos grande oscilação de comportamentos ao longo da observação, sendo de realçar que, da mesma maneira que aconteceu na freguesia urbana próxima, as mulheres, no terceiro quartel do século XIX, não reduzem os níveis de fecundidade depois dos 40 anos, o que está de acordo com a tardia limitação voluntária da natalidade nessa zona do país.

Quadro VIII
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Zona Rural (Guimarães)

	Obs.	Grupos de idades da mulher							D.T.
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1650-1749	174	286	406	378	359	295	171	24	9,6
1750-1849	353	385	419	372	330	276	158	26	9,8
1850-1875	102	258	413	354	324	309	166	36	9,3

Gráfico III
Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idades da mulher
Comparação global
(1750-1849)



Não considerando os resultados para as mulheres com menos de 20 anos e comparando para o período central da observação os quatro casos analisados, verificamos a aproximação das curvas entre Santa Maria do Castelo e a paróquia rural da sua área e o claro abaixamento da curva para a paróquia urbana de Guimarães.

5.2. Número de filhos por família *legítima*

Considerando outro indicador, o número de filhos por família, verifica-se um grande efeito das taxas de fecundidade nos resultados, o que parece apontar para comportamentos pouco diferenciados de outras variáveis.

Em Torres Vedras, no que respeita a Santa Maria do Castelo e à paróquia rural da área, o incremento do número de filhos é constante do primeiro ao último período, a acompanhar a evolução das taxas de fecundidade legítima. Repare-se que se passa de cerca de 4 filhos por família antes de meados do século XVIII para mais de 5 no terceiro quartel do XIX. Mais uma vez se nota paralelismo nos resultados entre a paróquia urbana e a rural da mesma área.

Se repararmos no caso da Oliveira e das quatro paróquias rurais de Guimarães, os resultados continuam a espelhar a evolução das taxas de fecundidade. Partindo-se, antes de meados do século XVIII, de uma posição muito mais favorável, relativamente às paróquias estudadas em Torres Vedras, no último período a situação inverte-se claramente, com vantagem nítida para estas últimas.

Quadro X
Número de filhos por família legítima
Zonas Urbanas e Rurais (Norte e Centro)

	Santa Maria Torres Vedras		Oliveira Guimarães		A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães	
	Nº famílias	Média filhos	Nº famílias	Média filhos	Nº famílias	Média filhos	Nº famílias	Média filhos
1650-1749	89	4,0	378	4,8	147	3,8	254	4,6
1750-1849	168	4,7	543	4,6	418	4,4	439	5,2
1850-1875	100	5,2	126	4,9	147	5,2	135	4,6

5.3. Idade média da mãe ao nascimento do último filho

Calculando a idade média da mãe ao nascimento do último filho em famílias completas, aquelas que permaneceram em convivência conjugal até aos 48 anos de idade da mulher, todos os resultados se sobrepõem aos 40 anos, em qualquer dos períodos, se excetuarmos o caso da Senhora da Oliveira. Usando este indicador, tal como se verificara com as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, não se deteta, em qualquer das áreas, no terceiro quartel do século XIX, indícios de limitação voluntária de nascimentos.

Quadro XI
Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho
Zonas Urbanas e Rurais (Norte e Centro)

	Santa Maria Torres Vedras		Oliveira Guimarães		A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães	
	Nº famílias	Média filhos	Nº famílias	Média filhos	Nº famílias	Média filhos	Nº famílias	Média filhos
1650-1749	26	40,9	108	40,6	55	39,7	99	40,9
1750-1849	52	40,3	134	38,7	158	40,8	200	40,1
1850-1875	16	40,1	42	38,9	69	40,7	46	41,2

5.4. Duração da Uniões

Calculamos, por último, a duração das uniões, indicador que pode ser influenciado pela idade média ao primeiro casamento, tanto no sexo feminino como masculino, a par de comportamentos de Mortalidade.

Apenas consideramos os períodos anteriores a 1850, dado que, como vimos, a nossa observação se queda em 1911.

Por este indicador percebemos melhor a vantagem de Guimarães relativamente a Torres Vedras no que respeita ao número de filhos no primeiro período, vantagem que, no segundo período, só se mantém nas paróquias rurais. Repare-se que, enquanto em A dos Cunhados não parece ter havido mudança no período de convivência conjugal entre meados do século XVII e meados do XIX, com os casais a tenderem chegar às bodas de prata, nas quatro paróquias rurais de Guimarães, no primeiro período, apesar da idade muito elevada das mulheres ao primeiro casamento, o período de convivência conjugal coloca-se nos 25 anos, e, entre 1750 e 1849, aproxima-se dos 28. Para esse efeito não será alheia a idade bem mais alta ao primeiro casamento da parte do sexo masculino nas paróquias de Torres Vedras.

Na Paróquia urbana de Santa Maria do Castelo, no primeiro período, a duração das uniões foi a mais baixa das observadas, pouco se superiorizando aos 21 anos, mas logo no segundo período ultrapassa os resultados da Oliveira, colocando-se acima dos 25 anos.

Quadro XI
Duração das Uniões
Zonas Urbanas e Rurais (Norte e Centro)

	Santa Maria Torres Vedras		Oliveira Guimarães		A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães	
	Nº famílias	Duração uniões	Nº famílias	Duração uniões	Nº famílias	Duração uniões	Nº famílias	Duração uniões
1650-1749	87	21,2	373	25,6	142	24,9	244	25,2
1750-1849	163	25,2	535	23,8	403	24,9	434	27,7

6. Alguns dados sobre a Mortalidade

A abordagem microanalítica do fenómeno da Mortalidade em longa duração é muito difícil na generalidade dos casos, dado o eventual não registo ou sub-registo de mortalidade dos menores de sete anos, para os quais a Igreja não se obrigava a acompanhamento na morte. Só a crítica apurada da fonte e ensaios estatísticos nos podem levar a classificar como seguros os dados disponíveis.

Assim, embora em Santa Maria do Castelo se encontre registo de mortalidade de menores com sistematicidade aparente desde a década de 1690, a repetição dos nomes de batizados nos quadros familiares e os cálculos sobre a mortalidade infantil em períodos curtos levam-nos a admitir que os menores de um ano de idade só passaram a ser sistematicamente referidos a partir do último quartel do século XVIII, ainda sem excluir possibilidade de algum sub-registo em épocas posteriores. No que toca a A dos Cunhados o registo sistemático de todos os falecidos só parece efetivar-se a partir dos primeiros anos do século XIX. Em Guimarães, o registo sistemático de mortalidade infantil só em alguns casos é anterior a 1860 e, no caso da Oliveira, prolonga-se até 1881.

Assim, uma observação sobre Mortalidade para os períodos mais antigos, só pode passar pelo cálculo da esperança de vida de indivíduos que chegaram a uma idade de relativa estabilidade no espaço em estudo, e dos quais conhecemos a data de nascimento e a data de óbito. Essa situação de relativa estabilidade, que é comum colocar-se entre os indivíduos casados de 25 anos ou mais anos, pensamos dever alargar-se aos 30 anos nas zonas urbanas, dada a maior movimentação de casais jovens. Para esses maiores de 30 anos, não nos parece perturbadora a inclusão de indivíduos casados e solteiros na mesma observação.

6.1. Esperança de vida aos 30 anos

Escolhemos, para as paróquias do Centro e do Norte, as gerações nascidas entre 1750 e 1819, para abranger tendencialmente todos os falecidos dentro da observação, e calculámos a esperança de vida aos 30 anos, por sexo.

Quadro XI
Esperança de vida aos 30 anos
Gerações nascidas entre 1750 e 1819
Zonas Urbanas e Rurais (Norte e Centro)

Anos	Santa Maria Torres Vedras		Oliveira Guimarães		A dos Cunhados Torres Vedras		4 paróquias Guimarães	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
30								
35	32	31	28	29	34	33	33	32
40	29	28	25	27	30	30	29	29
45	25	25	22	25	27	26	26	26
50	23	22	20	22	22	24	22	23
55	19	21	17	20	19	21	19	20
60	16	17	15	17	16	18	15	17
65	13	13	13	14	13	16	12	14
70	11	10	10	12	10	13	10	11
75	8	7	8	9	8	11	8	9
80	4	6	6	7	6	8	6	7
30	5	4	5	6	4	5	5	7

Para a esperança de vida aos 30 anos, no caso do sexo masculino, um primeiro resultado mais saliente da tabela é a proximidade de comportamentos entre a paróquia urbana e a rural de Torres Vedras. Partindo-se de uma situação mais favorável em A dos Cunhados, com mais 2 anos de esperança de vida do que em Santa Maria do Castelo, a aproximação dá-se logo aos 35 anos, mantendo-se até às idades mais elevadas.

No caso da Senhora da Oliveira em Guimarães, comparativamente às paróquias rurais da sua periferia, as diferenças são mais significativas, penalizando claramente a zona urbana nas idades médias. Depois dos 55 anos dá-se aproximação de comportamentos.

Comparando depois a situação das paróquias rurais nortenhas e a do centro, as diferenças não são salientes, mas a vantagem vai para a A dos Cunhados.

Não descartamos a hipótese do tributo mais significativo pago à morte na freguesia da Oliveira relativamente a Santa Maria do Castelo ser influenciado pela

maior ruralidade desta última paróquia no período em causa. A população da Oliveira era na época uma população essencialmente urbana, com uma franja residual de uma ou outra quinta, o mesmo não sucedendo em Santa Maria do Castelo, como se depreende pela distribuição da população conhecida através dos róis de confessados.

No que respeita ao sexo feminino, notamos uma mais clara vantagem de A dos Cunhados relativamente a Santa Maria do Castelo. Evidencia-se também uma proximidade dos comportamentos entre as paróquias rurais do norte e do centro, mas com mais um ano de esperança de vida em A dos Cunhados, à entrada da generalidade dos grupos de idades analisados.

Se comparamos depois os dois sexos, verificamos que, à exceção da Oliveira, a esperança de vida aos 30 anos é superior em um ano no sexo masculino relativamente ao feminino, o que poderá relacionar-se com os riscos da maternidade. A partir dos 50 anos as posições invertem-se em todos os casos.

6.2. Esperança de vida à nascença

Dados os problemas no registo da mortalidade infantil, apenas para Santa Maria do Castelo poderemos acompanhar durante cem anos percursos de vida com algum significado estatístico. Como vimos, a base de dados foi preparada com a marcação de um fim de observação para todos os indivíduos nascidos a partir de 1690, fim de observação correspondente à data de óbito, se conhecida, ou a uma data convencional ou aproximativa de ausência. No entanto, os ensaios sobre mortalidade infantil em períodos curtos aconselharam a só considerar como tendencialmente seguros os dados posteriores a 1780. Calculamos depois, em aproximação, quantos indivíduos eram residentes no início de cada idade e quantos faleceram ou se ausentaram nesse mesmo ano, a permitir, em procedimento comum (Henry, 1976:169), o cálculo das respetivas taxas de mortalidade.

Quadro XII
Esperança de vida à nascença
Gerações nascidas entre 1780 e 1809
Santa Maria do Castelo

Idades	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexos reunidos
0	41,6	42,3	41,7
1	50,4	50,4	49,3
5	55,5	51,4	53,0
10	55,1	51,0	52,5
15	51,4	46,6	48,4
20	47,3	42,9	44,3
25	42,9	38,3	40,1
30	39,2	35,6	37,0
35	35,0	31,6	32,9
40	30,8	28,0	29,0
45	28,2	25,8	26,7
50	23,9	23,3	23,6
55	19,9	19,2	19,1
60	14,5	14,6	14,6
65	12,4	11,6	11,9
70	8,5	7,2	7,6
75	5,2	7,1	6,1
80	5,0	3,9	4,3

Uma esperança de vida à nascença à volta de 42 anos é uma esperança de vida elevada, se comparada com os valores conhecidos, para meados do século XVIII e inícios do XIX, por países da Europa, em observações transversais, valores que andam à volta dos 37 anos nos casos mais favoráveis (L. Del Panta et al., 1996: 252). No entanto, será preciso discutir, além da existência de importantes diferenças regionais de comportamento em cada país, por que metodologia, transversal ou por acompanhamento de percursos de vida, se atinge uma maior aproximação à realidade efetivamente vivida.

A integração de toda a zona urbana de Torres Vedras numa mesma base de dados deverá trazer uma outra solidez a este estudo.

Não podemos ainda partir do princípio de que o século XIX trouxe melhorias significativas na sobrevivência dos indivíduos. Foi precisamente nesse século que se desencadearam na zona as maiores crises de mortalidade que os registos paroquiais

documentam, uma primeira crise em 1811, na sequência da Guerra Peninsular que afetou particularmente esta zona e a epidemia de cólera de 1833, em clara evidência nos gráficos de evolução dos dados vitais que apresentamos depois.

A comparação dos cocientes de mortalidade infantil em períodos diferentes do século XIX não apontam também para melhoria de condições de sobrevivência dos mais pequenos na segunda metade de Oitocentos.

6.3. Cocientes de Mortalidade Infantil

Mantendo-se os níveis de mortalidade infantil em A dos Cunhados sob suspeita ainda no primeiro quartel do século XIX, desenvolvemos a partir de 1825 uma análise comparativa entre esta paróquia e Santa Maria do Castelo. Os resultados continuam a ser conseguidos por análise longitudinal.

Quadro XIII
Cocientes de Mortalidade Infantil comparados
Século XIX

	Sexo masculino		Sexo Feminino		Sexos reunidos	
	Santa Maria	A dos Cunhados	Santa Maria	A dos Cunhados	Santa Maria	A dos Cunhados
1805-1824	176,23		136,36		157,33	
1825-1844	127,33	138,54	122,45	75,53	125,00	109,89
1845-1864	128,57	177,01	160,78	142,47	143,93	161,25
1865-1884	172,11	131,37	124,21	113,32	148,85	122,41
1885-1905	159,37	150,92	147,91	149,14	153,75	150,07

Não sabemos até que ponto os resultados mais favoráveis em A dos Cunhados no segundo quartel do século XIX podem ter sido ainda afetados por algum sub-registo. Os níveis à volta de 150 falecidos, no primeiro ano de vida, por 1000 nascidos, não parecem ter sofrido grandes alterações na segunda metade desse século, espelhando uma vez mais uma sobrevivência relativamente favorável. Numa freguesia litoral do vizinho concelho de Mafra, S. Pedro da Ericeira, Maria da Conceição Réis, encontrou níveis de mortalidade infantil para o período de 1834 a 1855 da ordem dos 218 por mil, sexos reunidos, contrastante com os valores encontrados na segunda metade do século XVIII (Réis, 2005:88). Repare-se que em 1902 a mortalidade infantil no distrito, o de Lisboa, se colocava nos 227 por mil, embora bastante superior ao que se passava nos outros distritos mais próximos de Torres Vedras, Santarém ou Leiria, com 139 e 116, respetivamente, para esse mesmo ano (Bandeira, 1996: 440).

7. Dados sobre a Mobilidade

Em Demografia Histórica uma das abordagens mais difíceis é a do fenómeno da Mobilidade, privilegiando-se observações transversais. O encadeamento genealógico das gerações estudadas permitir-nos ensaiar, para a longa duração, uma nova forma de aproximação ao problema.

Escolhemos, par o efeito, dois indicadores diferenciados, o *nível de fixação* e o *nível de enraizamento* ao meio. No primeiro caso, consideramos um grupo de gerações e acompanhamos os seus descendentes dentro do período estudado. No segundo caso, consideramos os falecidos num determinado período e verificamos se são naturais da comunidade ou de fora, avaliando, para os primeiros, o nível de enraizamento pela contagem do número de ascendentes conhecidos em cada geração.

Desenvolveremos uma análise comparativa entre Santa Maria do Castelo e A dos Cunhados.

7.1. Nível de Fixação

Aproveitando o maior rigor das fontes e a mais fácil identificação dos residentes nos séculos XVIII e XIX e as condições específicas em cada paróquia a observar, para o estudo do nível de fixação, contámos os casais com geração que realizaram o seu casamento nos 20 anos que decorrem entre 1707 e 1726.

Num primeiro quadro considerámos o número de famílias em geração e os descendentes acumulados dessa mesma geração. No segundo quadro apresenta-se o *nível de fixação*, calculado pelo cociente entre o número de descendentes acumulados em cada nível geracional e o número de casais originais.

A comparação entre a paróquia urbana e a rural de Torres Vedras evidencia bem os comportamentos diferenciados.

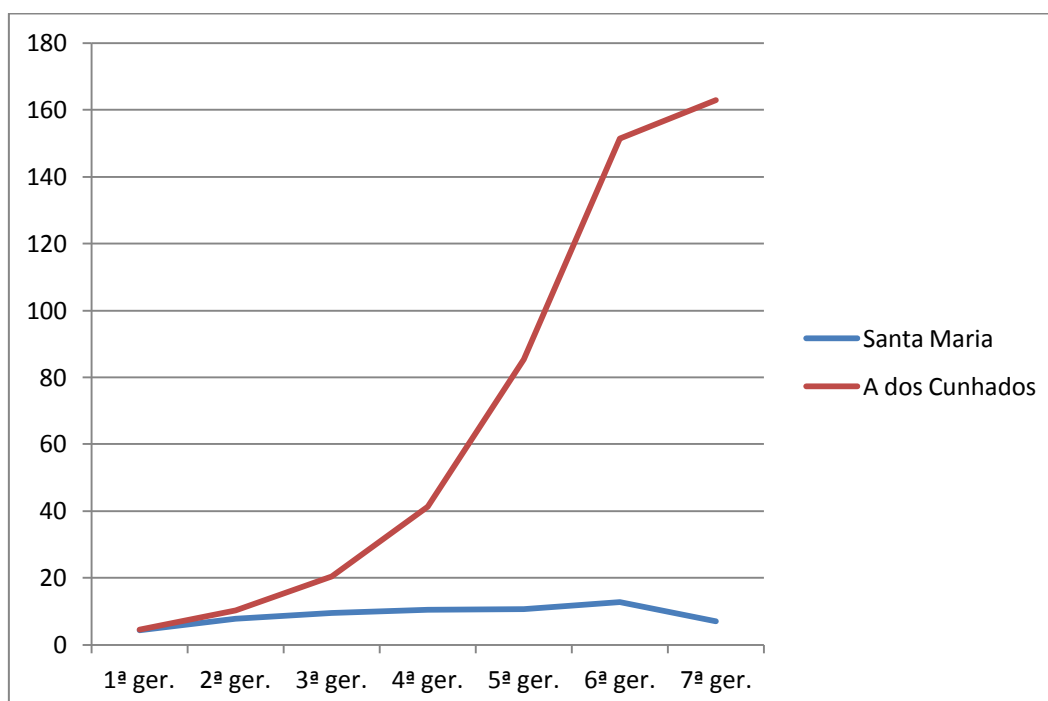
Quadro XIV
Descendentes acumulados por geração
Santa Maria e A dos Cunhados

	1ª ger.		2ª ger.		3ª ger.		4ª ger.		5ª ger.		6ª ger.		7ª ger.	
	NºF	NºD	NºF	NºD	Nº F	Nº D	Nº F	Nº D	Nº F	Nº D	Nº F	Nº D	Nº F	Nº D
Santa Maria	39	172	20	304	17	372	13	410	9	419	7	494	3	277
A dos Cunhados	57	257	45	584	40	1163	35	2361	31	4866	28	8628	24	9290

Quadro XV
Nível de fixação
Santa Maria e A dos Cunhados

	1ª ger.	2ª ger.	3ª ger.	4ª ger.	5ª ger.	6ª ger.	7ª ger.
Santa Maria	4,4	7,8	9,5	10,5	10,7	12,7	7,1
A dos Cunhados	4,5	10,2	20,4	41,4	85,4	151,4	163,0

Gráfico IV
Nível de fixação
Santa Maria e A dos Cunhados



Como se verifica, nas sete gerações que medeiam entre o início do século XVIII e os finais do XIX, o nível de fixação de A dos Cunhados coloca-se nos 163 descendentes por casal inicial, enquanto para Santa Maria do Castelo apenas contamos 7 indivíduos com tal relação. A maior mudança do ritmo de crescimento de descendentes em relação aos casais iniciais deu-se na última geração observada, correspondente à segunda metade do século XIX, com um crescimento negativo em Santa Maria do Castelo e um importante abrandamento desse mesmo crescimento em A dos Cunhados.

7.2 Nível de enraizamento

Considerámos, por sexos, nesta observação, os indivíduos que faleceram com 50 ou mais anos, em Santa Maria do Castelo e em A dos Cunhados, entre 1890 e 1899, contabilizando os originários do exterior e os naturais e, destes, o número de ancestrais conhecidos nas seis gerações anteriores. A escolha de idade superior ou igual aos 50 anos tem a ver não só com a maior estabilização do indivíduo no meio, como também com a maior compatibilização de níveis geracionais.

No primeiro caso, de Santa Maria do Castelo, contamos 58 falecidos do sexo masculino e 66 do feminino. Desses, apenas 12 homens e 15 mulheres haviam nascido na própria comunidade. No que respeita a A dos Cunhados, contamos 63 indivíduos do sexo masculino e 60 do sexo feminino, sendo naturais 48 homens e 45 mulheres.

O nível de enraizamento é dado pelo cociente entre os ancestrais acumulados em cada geração e os indivíduos falecidos em cada uma das comunidades entre 1890 e 1899. Na primeira geração, a do próprio indivíduo, o cociente é estabelecido entre o número de naturais e o número de falecidos.

Quadro XVI
Falecidos entre 1890 e 1899 e ancestrais da comunidade, por gerações
Santa Maria e A dos Cunhados

		Falecidos	1ª ger.	2ª ger.	3ª ger.	4ª ger.	5ª ger.	6ª ger.	7ª ger.
Santa Maria	Homens	58	12	24	46	64	74	84	92
	Mulheres	66	15	28	58	84	108	132	142
	Sexos reunidos	124	27	52	104	148	182	216	234
A dos Cunhados	Homens	63	48	124	336	638	1016	1407	1526
	Mulheres	60	45	90	238	426	674	874	966
	Sexos reunidos	123	93	214	574	1064	1690	2281	2492

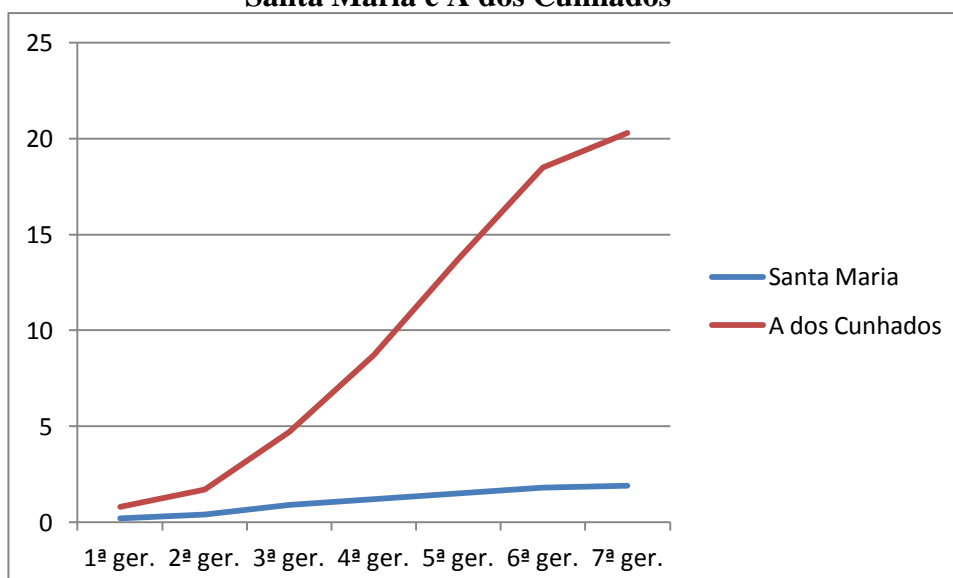
Quadro XVII
Níveis de enraizamento
Santa Maria e A dos Cunhados

		1ª ger.	2ª ger.	3ª ger.	4ª ger.	5ª ger.	6ª ger.	7ª ger.
Santa Maria	Homens	0,2	0,4	0,8	1,1	1,3	1,5	1,6
	Mulheres	0,2	0,4	0,9	1,3	1,6	2,0	2,2
	Sexos reunidos	0,2	0,4	0,9	1,2	1,5	1,8	1,9
A dos Cunhados	Homens	0,8	2,0	5,3	10,1	16,1	22,3	24,2
	Mulheres	0,8	1,5	4,0	7,1	11,2	14,6	16,1
	Sexos reunidos	0,8	1,7	4,7	8,7	13,7	18,5	20,3

Se repararmos nos resultados entre o sexo masculino e o feminino para Santa Maria do Castelo, verificamos resultados muito próximos, mas a favorecer ligeiramente o sexo feminino no que diz respeito a enraizamento. Ao invés, no caso de A dos Cunhados, são os homens a evidenciar um maior nível de enraizamento, o que pode refletir a fixação mais frequente de residência na terra do noivo, no caso de casamentos mistos.

O contraste entre os comportamentos da paróquia urbana e da rural, sexos reunidos, evidencia-se bem no gráfico correspondente. Enquanto em Santa Maria do Castelo cada indivíduo falecido na última década do século XIX tinha dois ancestrais que aí haviam sido residentes, em A dos Cunhados encontramos 20 ancestrais.

Gráfico V
Níveis de enraizamento
Santa Maria e A dos Cunhados



Se reparamos depois nos 46 indivíduos de fora, do sexo masculino, que faleceram em Santa Maria do Castelo na última década do século XIX, 79% do total de falecidos, verificamos que 6 deles eram naturais da paróquia urbana de S. Pedro, 20 eram de paróquias rurais do concelho de Torres Vedras, 5 eram de concelhos limítrofes, 2 eram de outros concelhos do mesmo distrito, o de Lisboa, um era de fora do distrito, 4 haviam sido expostos e de 8 não é referida a naturalidade.

No que respeita ao sexo feminino, em Santa Maria do Castelo, dos 51 indivíduos de fora, 77% do total, 10 eram da outra paróquia urbana de Torres Vedras, S. Pedro, 18 eram das paróquias rurais do concelho, 7 de concelhos limítrofes, 3 de outros concelhos do distrito, 4 de fora do distrito, 3 eram expostas e 6 de origem desconhecida.

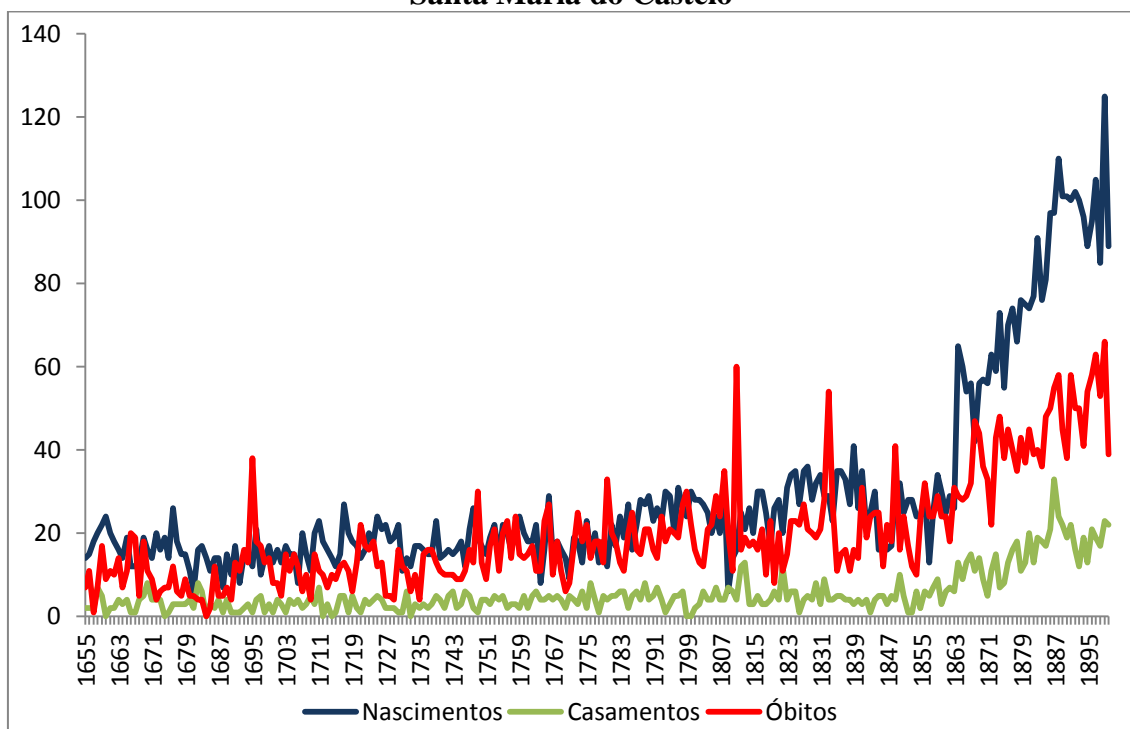
Paralelamente, em A dos Cunhados apenas 15 homens não haviam nascido na comunidade, 24% do total, sendo 8 originários de outras freguesias do concelho, 4 de concelhos limítrofes, um de outro concelho do distrito, um exposto e outro de naturalidade desconhecida.

No que respeita às mulheres, nesta última paróquia, também foram em número de 15 as falecidas não naturais, 25% do total, sendo 5 originários de outras freguesias do concelho, 6 de concelhos limítrofes, 3 de outros concelhos do distrito e uma exposta.

8. Aspetos Globais da População

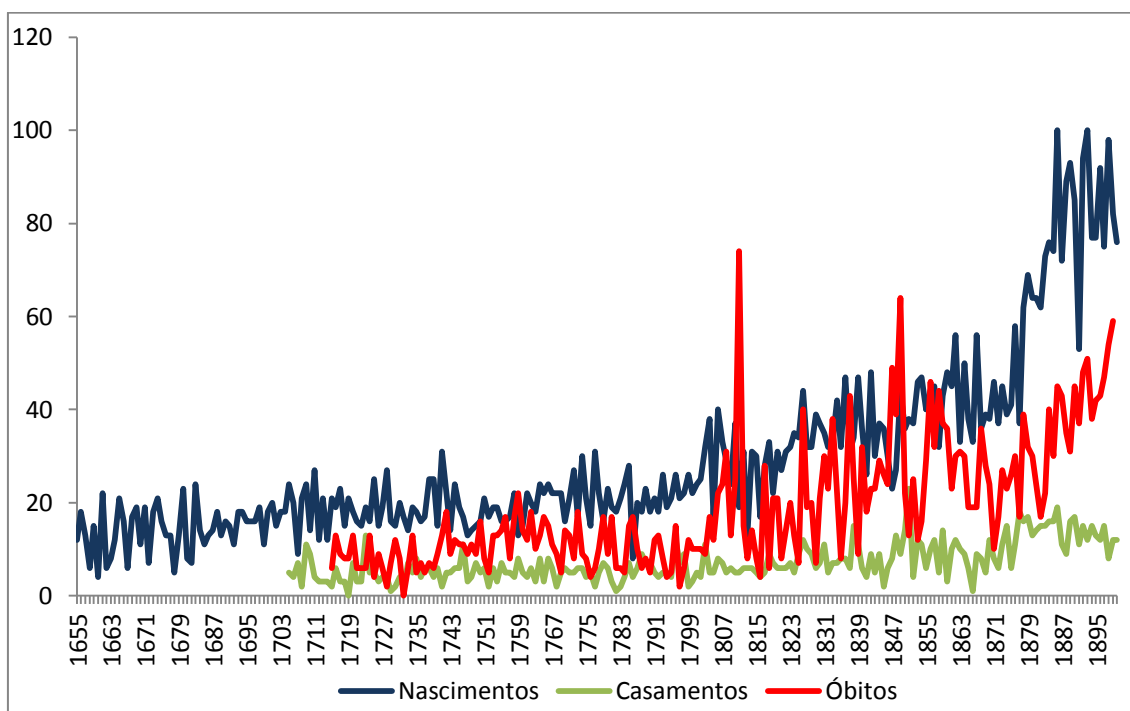
Optámos por apresentar os gráficos do movimento das séries de batizados, casamentos e óbitos, de Santa Maria do Castelo e A dos Cunhados, para um mesmo período, de 1655 a 1899, sem correções, embora a série de óbitos seja comprometida pelo sub-registo de mortalidade infantil, particularmente no caso de A dos Cunhados.

Gráfico V
Movimento de batizados, casamentos e óbitos
Santa Maria do Castelo



No caso de Santa Maria do Castelo, a proximidade das curvas de batizados e óbitos é uma constante antes de 1860, desfasando-se depois claramente. A primeira grande crise de mortalidade aconteceu em 1695, com 28 óbitos em 12 nascimentos, e, depois de um século XVIII relativamente estável, à volta de 1811, com as perturbações da guerra e as epidemias que se seguiram, encontramos a situação mais grave de toda a observação, com 60 mortes nesse ano para 16 nascimentos. Ainda na primeira metade do século XIX, em 1833 uma estendida epidemia de cólera afetou a freguesia, com 54 óbitos para 29 nascidos.

Gráfico VI
Movimento de batizados, casamentos e óbitos
A dos Cunhados



No que respeita a A dos Cunhados, o desfasamento entre as curvas de batizados e óbitos aparece-nos como mais favorável ao longo da observação, mas não sabemos até que ponto isso reflete o sub-registo de mortalidade dos menores. A crise de 1811 nesta paróquia foi bastante grave, com 74 mortes em 19 nascidos. A epidemia de cólera de 1833 parece ter afetado menos esta paróquia, mas entre 1847 e 1849, a curva de óbitos volta a subir sobre a dos nascimentos, conhecendo-se para esses anos uma crise de febre tifóide em Santarém (Barbosa e Godinho, 2001). Note-se que para a Ericeira a epidemia de cólera de 1833 foi extremamente gravosa (Reis, 2005: 84).

O desfasamento das curvas de batizados e óbitos em A dos Cunhados vinca-se claramente no último quartel do século XIX.

9. Quantitativos populacionais

Pela inclusão dos menores de sete anos na população de religiosamente responsáveis referida nos róis de confessados, estimamos que em Santa Maria do Castelo em 1783 a população andasse à volta de 650 pessoas, com crescimento forte até 1801, com a população a rondar as 880 pessoas. A desorganização provocada pela guerra e as epidemias terão condicionado a residência de menos de 640 pessoas em

1811, com normalização posterior. Em 1861 estimamos que 975 pessoas seriam residentes, algo mais do que o resultado do recenseamento de 1864.

Quadro XVII
Quantitativos populacionais estimados
Santa Maria do Castelo
1783 a 1861

	População de 7 ou mais anos	População de menor de 7 anos	% de < de 7anos	Total habitantes
1783	564	83	12,8	647
1791	620	101	14,0	721
1801	749	131	14,9	880
1810	689	82	10,6	771
1811	571	65	10,2	636
1851	778	112	12,6	890
1861	849	126	12,9	975

A partir dos valores encontrados, talvez se possa admitir que, entre os finais do século XVIII e meados do seguinte, o peso dos menores de 7 anos rondaria os 13 a 14 indivíduos em cada 100 residentes.

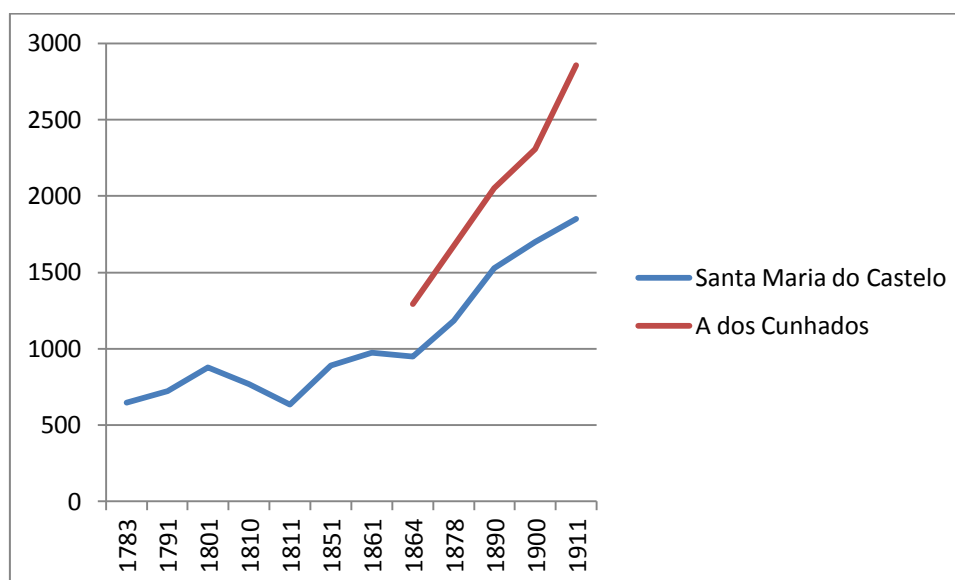
Utilizando os recenseamentos gerais da população portuguesa, traçamos um quadro comparativo da evolução da população das duas paróquias observadas até 1911. Considere-se que não estão incluídos em Santa Maria do Castelo os valores de São Miguel, a paróquia anexa.

Quadro XVIII
Quantitativos populacionais
Santa Maria do Castelo e A dos Cunhados
1783 a 1911

Anos	Santa Maria do Castelo	A dos Cunhados
1783	647	
1791	721	
1801	880	
1810	771	

1811	636	
1851	890	
1861	975	
1864	948	1294
1878	1182	1676
1890	1527	2050
1900	1701	2306
1911	1851	1855

Quadro XVIII
Quantitativos populacionais
Santa Maria do Castelo e A dos Cunhados
1783 a 1911



Como se verifica, o desfasamento das curvas de nascimentos e óbitos nas últimas quatro décadas do século XIX foi responsável por um notável crescimento nas duas comunidades, tendendo a uma duplicação da população em meio século, com vantagem clara para a paróquia rural.

Considerações finais

O aprofundamento dos nossos conhecimentos sobre as sociedades modernas e contemporâneas passa necessariamente pela Demografia História, uma disciplina que supõe técnicas adequadas e sucessivamente revistas e uma enorme morosidade na preparação de dados.

Sobre o concelho de Torres Vedras, a convergência de interesses entre poder local e investigadores, a trabalhar em grupo, vai permitindo prosseguir com o projeto de formação de uma base de dados sobre a cidade e as comunidades rurais envolventes.

Num provisório quadro sobre a área, verificamos que só a segunda metade do século XIX parece ter vindo alterar uma notável estabilidade de comportamentos aparentados, entre a zona urbana e a rural, com uma idade média elevada ao primeiro casamento numa situação de fecundidade e mortalidade favoráveis e ensimesmamento da zona rural. A conclusão do estudo cruzado de Santa Maria do Castelo e a atual S. Pedro poderá permitir-nos conclusões mais seguras sobre os mecanismos de equilíbrio demográfico da zona urbana.

Bibliografia citada

Amorim, Maria Norberta (1992). *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Universidade do Minho. I.C.S.

Amorim; Maria Norberta (1987). *Guimarães de 1580 a 1819: Estudo Demográfico*. Lisboa: I.N.I.C.

Amorim; Maria Norberta (1991). «Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses». *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. IX, 1:7-25.

Bandeira, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade: Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Barbosa, Maria Hermínia Vieira & Godinho, Anabela de Deus (2001). *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Núcleo de Estudos População e Sociedade (NEPS), Instituto de Estudos Sociais, Universidade do Minho.

Faria, Fernanda & Henriques, Pedro (2004). *Sistemas demográficos para a análise de dados demográficos*. Guimarães: Universidade do Minho. NEPS.

Henry, Louis (1976). *Demografia*. Barcelona: Labor Universitaria.

Panta, L. Del; Bacci, M. Livì; Pinto & Sonnino, E. (1996). *La Popolazione Italiana dal Medioevo a Oggi*. Roma-Bari: Editori Laterza.

Reis, Maria da Conceição (2005). *S. Pedro da Ericeira de 1622 a 1855*. Mafra: Mar de Letras Editora.

Tavares, José Mota; Madruga, José António & Silva, Carlos Guardado da (2012). *Medição do tempo em Torres Vedras*. Torres Vedras: Câmara Municipal.